

# O Encontro de Assis: marco simbólico do diálogo inter-religioso

JOSÉ ANTUNES DA SILVA

No dia 27 de Outubro de 1986, representantes das mais significativas tradições religiosas do mundo<sup>1</sup> reuniram-se na cidade de Assis, na Itália, numa Jornada Mundial de Oração pela Paz. Esta jornada foi uma iniciativa do papa João Paulo II no contexto de 1986 ter sido declarado como Ano Internacional da Paz pelas Nações Unidas. A reunião dos líderes religiosos para rezarem pela paz foi um acontecimento inédito. Com o passar dos anos, esta jornada foi assumindo um lugar de destaque no percurso do diálogo entre a Igreja Católica e as outras religiões. A sua importância advém-lhe, sobretudo, do seu valor simbólico, associado ao lugar onde se realizou e também às iniciativas a que serviu de inspiração. Vinte anos depois, vamos procurar destacar os elementos mais significativos do «espírito de Assis» e a influência daquele evento no diálogo inter-religioso.

---

<sup>1</sup> Na Jornada de Assis participaram representantes de várias correntes do Budismo, entre os quais o Dalai Lama. Havia delegações do Xintoísmo, do Hinduísmo, do Jainismo, do Siquismo e do Zoroastrismo. Do Islão estiveram representantes oriundos de vários países. Havia membros das religiões tradicionais africanas (do Togo e do Quênia) e ameríndias (Estados Unidos). À cabeça da delegação dos judeus estava Elio Toaff, Grande Rabino de Roma. As delegações cristãs eram formadas por representantes das várias Igrejas Ortodoxas, das antigas Igrejas Orientais e da Comunhão Anglicana, entre os quais o Arcebispo de Cantuária, Robert Runcie. Estiveram presentes delegados dos Velhos Católicos, da Igreja Metodista, da Federação Luterana Mundial, da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas, da Aliança Baptista, Menonitas, Quakers e ainda representantes de várias associações e organizações ecuménicas. Para a listagem dos participantes ver *La Documentation Catholique* 1929 (7/12/1986): 1068-1069.

## 1. Um acontecimento inédito

No dia 25 de Janeiro de 1986, na homilia da festa da Conversão de São Paulo e último dia da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, João Paulo II anunciava ao mundo que desejava realizar um encontro de oração pela paz em Assis.<sup>2</sup> A sua data foi tornada pública no dia 6 de Abril, no final da recitação do «Regina Caeli» na Praça de São Pedro.<sup>3</sup> No dia 22 de Outubro de 1986, durante a audiência geral, João Paulo II retoma o assunto e recorda, mais uma vez, os objectivos da Jornada de Assis. O papa afirma que o encontro terá um carácter exclusivamente religioso e o objectivo é implorar a Deus o dom da paz. Em Assis, os representantes das várias religiões não rezarão juntos, mas estarão juntos para rezar, estando presentes quando o outro reza, manifestando o respeito pela sua oração. Deste modo, evitar-se-á qualquer sinal de sincretismo, esclareceu o papa.<sup>4</sup>

O Encontro de Assis teve três momentos distintos. Num primeiro momento, os representantes das religiões presentes foram acolhidos pelo papa na Basílica de Santa Maria dos Anjos. No discurso de boas-vindas então proferido, João Paulo II deu o mote para a jornada. Após recordar que não tinham vindo a Assis para discutir, conferenciar ou procurar planos de acção à escala mundial em favor de uma causa comum, o papa afirmou que estavam ali para rezar e que a reunião de tantos líderes religiosos para rezar era, em si, um convite ao mundo para se tornar mais consciente de que existe uma outra dimensão da paz e um outro caminho para a sua promoção que não resulta das negociações nem dos compromissos políticos ou económicos. Nas suas palavras, a paz é fruto da oração, que, na diversidade das religiões, exprime a relação com um poder supremo que ultrapassa as nossas capacidades humanas.<sup>5</sup>

Num segundo momento, os vários grupos religiosos dirigiram-se separadamente para diversos locais da cidade de Assis onde puderam rezar na fidelidade às suas próprias crenças.

Num terceiro momento reuniram-se todos numa praça central da cidade, onde formaram um único cortejo, e seguiram em peregrinação rumo à praça inferior situada em frente da Basílica de São Francisco, onde decorreu a oração pela paz. Cada grupo teve oportunidade de rezar e ser escutado pelos outros.

---

<sup>2</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *Insegnamenti di Giovanni Paolo II*, IX, 1 (Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1986): 198. Ao longo deste artigo usamos indiferentemente os termos «Jornada» e «Encontro» para referir o acontecimento inter-religioso que decorreu em Assis.

<sup>3</sup> Id.: 292.

<sup>4</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *Insegnamenti*, IX, 2: 1144-1153.

<sup>5</sup> O texto do discurso encontra-se em JOÃO PAULO II, *Insegnamenti* IX, 2: 1249-1251.

Houve uma preocupação muito grande em evitar qualquer tipo de sincretismo, a ponto de ter sido escolhido deliberadamente um pódio separado onde, ao fazer a sua oração própria, o representante de cada religião se destacava do grupo, simbolizando deste modo a especificidade da sua tradição. Por outro lado, procurou-se o máximo denominador comum, a ponto de ter sido escolhido um dia neutro (uma segunda-feira) para a realização do encontro. Depois de todos terem rezado foi distribuída uma pequena oliveira a cada um dos líderes religiosos para ser plantada quando regressassem às suas casas. A oração terminou com dois momentos simbólicos que todos puderam partilhar e compreender: os presentes trocaram entre si um gesto de paz e soltaram-se algumas pombas.<sup>6</sup>

## 2. Os antecedentes

A Jornada de Oração pela Paz, em Assis, foi uma iniciativa João Paulo II, mas não aconteceu por acaso. De facto, ela representa o culminar de muitas acções, passos e intuições do caminhar da humanidade em busca da paz. Representa, também o fruto das inspirações que o Espírito Santo suscita no coração daqueles que anseiam por um mundo onde reine a paz e a harmonia entre todos. O Encontro de Assis insere-se, também, no percurso de aproximação da Igreja Católica às outras religiões. Vejamos, sucintamente, como esse caminho foi sendo construído até culminar em Assis.

### O Concílio Vaticano II como ponto de partida

Neste percurso destaca-se, pela sua novidade e expressão, o Concílio Vaticano II (1962-1965). Na verdade, o Vaticano II representa um momento crucial na história das atitudes da Igreja Católica relativamente às outras religiões. Quatro textos conciliares ilustram uma viragem decisiva nesta matéria: a constituição dogmática *Lumen gentium*, sobre a Igreja; a declaração *Nostra aetate*, sobre as relações da Igreja com as religiões não-cristãs; o decreto *Ad gentes*, sobre a actividade missionária da Igreja e a declaração *Dignitatis humanae*, sobre a liberdade religiosa.

No parágrafo 16, a *Lumen gentium* descreve como é que os povos que ainda não receberam o Evangelho estão de uma forma ou de outra orientados para o Povo de Deus. Nomeia, em primeiro lugar, os judeus como «aquele povo que

---

<sup>6</sup> Para um relato sobre o Encontro de Assis ver, por exemplo, M. ZAGO, «Day of prayer for peace», *Seminarium* 27 (1987): 57-67.

foi objecto das alianças e promessas, do qual nasceu Cristo segundo a carne (cf. Rm 9, 4-5), povo em virtude da sua eleição, muito amado por causa dos Patriarcas: pois os dons e os chamamentos de Deus são irrevogáveis (cf. Rm 11, 28-29).» De seguida, refere os muçulmanos que «professando a fé de Abraão, adoram connosco um Deus único e misericordioso, que há-de julgar os homens no último dia.» Por último, diz que Deus não está longe, nem mesmo daqueles «que buscam ainda nas sombras e em imagens, o Deus desconhecido» pois «Ele é quem a todos dá a vida e a respiração e tudo o mais (cf. Act 17, 25-28), e quem, como salvador, quer que todos os homens sejam salvos (cf. 1 Tm 2,4).»

O texto continua, afirmando que a Divina Providência não nega «os meios necessários para a salvação àqueles que, sem culpa, ainda não chegaram ao conhecimento explícito de Deus, mas procuram, com a graça divina, viver rectamente». Neste mesmo parágrafo, da *Lumen gentium*, os padres conciliares afirmam que a Igreja considera que tudo o que existe de bom e verdadeiro nos seguidores das outras religiões é como que uma preparação para eles receberem o Evangelho e «dom d'Aquele que ilumina todo o homem, para que por fim venha a ter vida». No seu pensamento, a salvação estaria ao alcance dos seguidores das outras religiões, pois, o desígnio universal de Deus para a salvação do género humano realiza-se também pelos esforços, inclusive religiosos, através dos quais os homens de mil maneiras buscam a Deus a ver se conseguem chegar até Ele ou encontrá-lo. Na terminologia do Concílio, estes esforços são considerados como pedagogia para o conhecimento do verdadeiro Deus ou «preparação evangélica».<sup>7</sup>

A declaração conciliar *Nostra aetate*, sobre a Igreja e as religiões não cristãs, reconhece o valor positivo das outras religiões. Propõe-se, pela primeira vez, um diálogo fraternal com elas. O texto começa por afirmar a unidade do género humano. Criados por Deus, todos os homens procuram encontrar respostas para o mistério da sua presença sobre a terra. Essas respostas para os enigmas da condição humana encontram-nas nas diversas religiões. E, seguidamente, diz que:

---

<sup>7</sup> O Concílio foi buscar a expressão «preparação evangélica» ao título de uma obra de Eusébio de Cesareia intitulada precisamente *Preparatio Evangelica*. Segundo G. MARTELET, *Les idées maîtresses de Vatican II: Introduction à l'esprit du Concile* (Desclée de Brouwer, 1966): 42-50, esta expressão designa essencialmente o modo como Deus predispõe e conduz ao mistério da salvação as pessoas que se encontram em condições objectivas aparentemente estranhas à fé. Uma expressão que, na sua opinião, Eusébio utilizou num sentido restrito, foi usada pelo Concílio para designar as disposições providenciais que abrem à Revelação o coração daqueles que ainda a ignoram. O Concílio afirma, com vigor, que tal como na Antiguidade, também hoje o homem se encontra inserido num processo providencial de preparação evangélica. Com esta expressão, o Concílio encontrou uma forma de considerar positivamente os valores presentes noutras tradições culturais e religiosas sem, contudo, diminuir a originalidade de Jesus Cristo e o papel da Igreja na economia da salvação.

«A Igreja Católica não rejeita absolutamente nada daquilo que há de verdadeiro e santo nestas religiões. Considera com sincero respeito esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas que, embora, em muitos pontos estejam em discordância com aquilo que ela afirma e ensina, muitas vezes reflectem um raio daquela Verdade que ilumina todos os homens» (NA 2).

O decreto conciliar sobre a actividade missionária da Igreja, *Ad gentes*, também tem algo a dizer sobre o papel das religiões na história da humanidade e a relação do cristianismo com elas. Em primeiro lugar, o decreto *Ad gentes* fala do papel que as religiões têm como preparação evangélica. Os esforços humanos presentes nas tradições religiosas «precisam de ser iluminados e purificados, embora, por benigna determinação da providência de Deus, possam algumas vezes ser considerados como pedagogia ou preparação evangélica para o Deus verdadeiro» (AG 3). Em segundo lugar, fala das «sementes do Verbo» presentes nas outras tradições religiosas e convida os missionários a descobri-las e fazê-las assomar à luz com alegria e respeito (AG 11).

Finalmente, uma referência à declaração *Dignitatis humanae*. Através deste documento, o Concílio Vaticano II defende a liberdade religiosa como um direito fundamental da pessoa humana. Para os padres conciliares, a liberdade religiosa não se fundamenta em disposições subjectivas mas na própria natureza da pessoa humana. A declaração *Dignitatis humanae* é peremptória a este respeito, condenando todo o tipo de coacção em matéria religiosa.<sup>8</sup>

Em resumo, o Concílio Vaticano II não só fala positivamente das outras religiões, como reconhece que elas possuem elementos de bem e de verdade. Define o cristianismo como a plenitude da vida religiosa, estando as outras religiões orientadas para ele. Todavia, o Concílio afirma que o homem deve seguir a voz da sua consciência. Por isso exorta os membros da Igreja ao diálogo e à colaboração com os membros das outras tradições religiosas:

«Não podemos, na verdade, invocar a Deus, Pai de todos, se nos recusarmos a tratar fraternalmente determinados homens, criados à imagem de Deus. [...] Por conseguinte, a Igreja reprova como contrária ao espírito de Cristo qualquer discriminação entre os homens, e qualquer perseguição feita por motivos de raça ou de condição social ou religião. E o sagrado Concílio, seguindo as pistas dos Santos Apóstolos Pedro e Paulo, roga ardentemente aos

---

<sup>8</sup> «Este Concílio Vaticano declara que a pessoa humana tem direito à liberdade religiosa. Tal liberdade consiste em que todos os homens devem estar imunes de coacção, quer da parte de pessoas particulares, quer de grupos sociais ou de qualquer poder humano, de tal modo que, em matéria religiosa, ninguém seja obrigado a agir contra a sua consciência, nem impedido de agir de acordo com ela, privada ou publicamente, só ou associado a outros, dentro dos devidos limites» (DH 2).

cristãos que, *mantenham uma conduta exemplar entre os gentios* (1 Pd 2, 12), e se for possível, façam quanto deles depende para estarem em paz com todos» (NA 5).

## O magistério de João XXIII e Paulo VI

No caminho de aproximação às religiões e na busca da paz efectuado pela Igreja, destacam-se as intervenções do Magistério. De seguida, assinalamos duas das mais significativas intervenções dos pontificados de João XXIII e de Paulo VI.

No dia 11 de Abril de 1963, o papa João XXIII publicava a encíclica *Pacem in terris*. A sua publicação constituiu um passo extraordinário da Igreja na defesa dos direitos humanos e na promoção da paz. Nesta encíclica, João XXIII lançou os fundamentos para a paz no mundo. A verdadeira paz, diz o papa, assenta em quatro pilares: a verdade, a justiça, a caridade e a liberdade.<sup>9</sup> João XXIII não especifica qual deve ser o papel das outras religiões na construção da paz. Todavia, os membros das outras religiões também estão incluídos neste projecto quando, dirigindo-se a todos os homens, desafia-os a que através da oração, do perdão das ofensas, do derrubar de barreiras que nos separam e da compreensão recíproca, possam, sob a acção e o amparo de Deus, unir-se como irmãos.<sup>10</sup> João XXIII defende a primazia da oração, pois só através das forças humanas, por mais animadas que estejam de boa-vontade, não é possível levar a cabo tão excelsa empresa. Só é possível alcançar a paz com o auxílio do Céu, conclui.<sup>11</sup>

Entre a terceira e a quarta sessões do Concílio, mais precisamente a 6 de Agosto de 1964, o papa Paulo VI publicou a encíclica *Ecclesiam suam*. Esta encíclica não é propriamente sobre o diálogo, mas sobre a Igreja. Contudo, nesta primeira encíclica do seu pontificado, o papa apresenta o diálogo como um elemento chave no programa de renovação da Igreja. Referindo-se ao seu ministério, Paulo VI está convencido de que o diálogo «deve caracterizar o nosso cargo apostólico» (ES 67) e propõe-no como um caminho para a Igreja: «A Igreja deve entrar em diálogo com

---

<sup>9</sup> Cf. *Pacem in terris* 35 e 167. Recorde-se que na alocução final, em Assis, João Paulo II afirmou que a paz precisa de construtores e, inspirando-se em João XXIII, desafiou todos os presentes a construir a paz sobre os quatro pilares da «verdade, da justiça, do amor e da liberdade». Cf. JOÃO PAULO II, *Insegnamenti IX*, 2: 1263.

<sup>10</sup> Cf. *Pacem in terris* 171.

<sup>11</sup> Cf. *Pacem in terris* 168.

o mundo em que vive. A Igreja faz-se palavra, faz-se mensagem, faz-se colóquio» (ES 65).<sup>12</sup>

Nesta encíclica, Paulo VI enumera quatro círculos onde a Igreja deve encetar o diálogo. O primeiro círculo refere-se a tudo o que é humano, ou seja, o diálogo com o mundo inteiro; o segundo círculo é o diálogo com os membros das outras religiões; o terceiro é com os outros cristãos e o quarto é o diálogo dentro da Igreja. Para o assunto em questão, o segundo círculo é aquele que nos interessa. Referindo-se ao diálogo com os membros das outras religiões, Paulo VI começa por afirmar a exclusividade do cristianismo como religião verdadeira. Mas, depois, reafirma o respeito pelos valores morais e espirituais presentes nas outras tradições religiosas e manifesta, também, o desejo de defender os ideais comuns e promover o diálogo, escrevendo:

«Não queremos deixar de reconhecer desde já com respeito os valores espirituais e morais das várias confissões religiosas não cristãs. Queremos promover e defender, juntamente com elas, os ideais que nos podem ser comuns, no campo da liberdade religiosa, da fraternidade humana, da sã cultura, da beneficência social e da ordem civil. Baseado nestes ideais comuns, o diálogo é possível do nosso lado; e não deixaremos de o propor, sempre que haja de ser bem aceite, num clima de respeito recíproco e leal» (ES 108).

O diálogo está no plano de Deus, escreve o papa. A religião é, de sua natureza, uma relação entre Deus e o homem e a oração a exprime como diálogo (cf. ES 70).

## João Paulo II

Dos inúmeros pronunciamentos, viagens e encontros do pontificado de João Paulo II destacamos cinco ocasiões, a título ilustrativo, que nos permitem situar o Encontro de Assis como o culminar de um processo de aproximação e de diálogo com as outras religiões.

Em primeiro lugar, importa destacar a encíclica *Redemptor hominis* (4 de Março de 1979). Sendo esta a encíclica inicial do seu pontificado tem naturalmente um âmbito muito vasto e trata diversas questões. A *Redemptor hominis* é como que o texto programático que inspira todo o pontificado de Karol Wojtyła.

---

<sup>12</sup> No texto original latino os parágrafos desta encíclica não estão numerados. Neste trabalho seguimos a numeração utilizada por Peter Stilwell em P. STILWELL, *Caminhos da Justiça e da Paz. Doutrina Social da Igreja: Documentos de 1891 a 1991* (Lisboa: Rei dos Livros, 1993): 235-270.

O diálogo inter-religioso é mencionado no seguimento da referência ao diálogo ecuménico. João Paulo II escreve que as mesmas atitudes<sup>13</sup> que norteiam o caminho para a união dos cristãos devem ser tomadas relativamente «à actividade tendente à aproximação com os representantes das religiões não-cristãs», se bem que de um modo diverso e com as devidas diferenças. Seguidamente, o papa diz que esta aproximação se deve exprimir «através do diálogo, dos contactos, da oração em comum e da busca dos tesouros da espiritualidade humana, os quais, como bem sabemos, não faltam também aos membros destas religiões.» Ainda nesse mesmo parágrafo, o papa reconhece que a crença dos membros das outras religiões é efeito «do Espírito da verdade operante para além das fronteiras visíveis do Corpo Místico».

Na encíclica *Dominum et vivificantem*, dedicada ao Espírito Santo (18 de Maio de 1986), João Paulo II desenvolve a ideia, já presente na *Redemptor hominis*, da presença e da acção do Espírito Santo para além dos limites visíveis da Igreja, escrevendo no parágrafo 53:

«É necessário retroceder no tempo, abarcar toda a acção do Espírito Santo mesmo antes de Cristo, desde o princípio, em todo o mundo e, especialmente, na economia da Antiga Aliança. Esta acção, de facto, em todos os lugares e em todos os tempos, ou antes, em cada homem, desenrolou-se segundo o eterno desígnio de salvação, no qual ela anda estreitamente unida ao mistério da Encarnação e da Redenção.»

Um singular momento emblemático teve lugar em Casablanca (Marrocos) no dia 18 de Agosto de 1985, ano em que por iniciativa da Organização das Nações Unidas se celebrava o Ano Internacional da Juventude. Nesse contexto, o rei de Marrocos, Hassan II, convidou o papa João Paulo II para falar aos jovens muçulmanos. Esse encontro deu-se no estádio de Casablanca. Era a primeira vez que um papa se dirigia pessoalmente a jovens muçulmanos que o escutaram com muita atenção. Falando em francês, João Paulo II convidou os jovens a abrir caminhos novos no relacionamento entre as pessoas e as nações.<sup>14</sup>

Outro momento emblemático da aproximação da Igreja às religiões, foi a visita que João Paulo II efectuou à sinagoga de Roma em 13 de Abril de 1986. Esta

---

<sup>13</sup> Entre essas atitudes, João Paulo II refere a procura leal, com perseverança, humildade e coragem dos caminhos de aproximação e de união. Cf. RH 6.

<sup>14</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *Insegnamenti VIII*, 2: 506: «Je crois que Dieu nos invite, aujourd'hui, à changer nos vieilles habitudes. Nous avons à nous respecter, et aussi à nous stimuler les uns les autres dans les oeuvres de bien sur le chemin de Dieu».



foi a primeira vez que um papa entrou numa sinagoga<sup>15</sup>. O papa foi recebido por Jacob Saban, presidente da comunidade judaica de Roma e pelo rabino Elias Toaff. No seu discurso, João Paulo II deplorou os ódios, as perseguições e as manifestações de anti-semitismo contra os judeus; condenou o genocídio, nomeadamente o perpetrado durante a Segunda Guerra Mundial; e disse que, com a sua visita à sinagoga de Roma, queria contribuir para consolidar as boas relações entre as duas comunidades. Depois, entrando num registo mais teológico, fez alusão à declaração conciliar *Nostra aetate*, destacando a existência de vínculos profundos entre o cristianismo e o judaísmo e afirmando a vocação especial do povo judeu. Declarou que a aliança de Deus com o povo judeu continua válida, pois Deus os chamou a uma vocação irrevogável. E, no seguimento do Concílio Vaticano II, João Paulo II disse que não se pode atribuir indistintamente qualquer culpa a todos os judeus, como povo, pelo que aconteceu na paixão de Cristo. A discriminação e a perseguição dos judeus não tem qualquer justificação teológica.

Das muitas viagens apostólicas que realizou, destacamos pela particular importância no diálogo com as outras religiões, a visita que João Paulo II efectuou à Índia em 1986. O papa quis encontrar-se com os representantes das outras religiões presentes na Índia, um país com uma composição social e religiosa complexa e plural. O encontro teve lugar em Madras (Madrasta). No seu discurso, João Paulo II disse que a Igreja Católica reconhece as verdades que estão contidas nas tradições religiosas da Índia e que este reconhecimento torna possível o diálogo. Desafia as religiões a unirem-se e a colaborar para melhorar o mundo e aponta o diálogo inter-religioso como um caminho para eliminar as barreiras do preconceito, da suspeita e da incompreensão.<sup>16</sup>

### 3. O espírito de Assis

No seguimento da Jornada de Oração pela Paz, João Paulo II referiu-se várias vezes ao «espírito de Assis» no sentido que ali se deu um importante impulso na direcção da união de esforços das religiões em favor da paz e de outros projectos comuns.<sup>17</sup> Também, no seguimento de Assis, a comunidade de Santo

---

<sup>15</sup> Cf. JOÃO PAULO II, *Insegnamenti IX*, 1: 1024-1031. O discurso do Papa na sinagoga de Roma também se encontra, na tradução francesa, em *La Documentation Catholique* 1917 (4/05/1986): 436-439.

<sup>16</sup> Cf. Id.: 319-324. O discurso do Papa em Madras também se encontra em *La Documentation Catholique* 1914 (16/03/1986): 297-299.

<sup>17</sup> Por exemplo, dirigindo-se aos participantes da Assembleia Inter-religiosa que decorreu no Vaticano de 25 a 28 de Outubro de 1999, João Paulo II afirmou: «o «espírito de Assis» tem sido mantido vivo através de diversas iniciativas nas diferentes partes do mundo» Cf. *La Documentation Catholique* 2216 (19/12/1999): 1090. Na mensagem final dessa mesma Assembleia, os participantes afirmam que se reuniram no espírito de Assis, vindos de diferentes pontos do globo para partilhar os frutos da experiência feita ao longo da caminhada, as convicções que foram alimentando e a esperança com que sonham o futuro do mundo. Cf. Id.: 1093.

Egídio tem organizado, anualmente, encontros de oração inter-religiosa pela paz. No décimo aniversário do Encontro de Assis, a comunidade de Santo Egídio organizou em Roma um encontro inter-religioso. Nessa ocasião, João Paulo II enviou uma carta ao Cardeal Sodano onde recorda que a semente lançada em Assis continua a germinar e que o espírito de Assis não se extingue, mas cresce e avança.<sup>18</sup> Em 2000, o encontro promovido pela Comunidade de Santo Egídio decorreu em Lisboa. Na altura, o papa enviou uma mensagem onde diz que o evento de Assis teve uma explosiva força espiritual, como uma fonte de onde brotam novas energias de paz. Por isso, considera que «o espírito de Assis» não se extingue, mas expande-se suscitando em todas as partes novos testemunhos de paz e de diálogo.<sup>19</sup>

Existem, pelo menos na nossa opinião, quatro elementos identificadores do «espírito de Assis»: o compromisso com a paz, o papel das religiões como meios para captar o divino, o fim do exclusivismo, e o compromisso com o diálogo inter-religioso.

### **O compromisso com a paz**

O compromisso com a paz foi o primeiro objectivo da Jornada de Oração, como ficou claro quer na sua preparação, quer nas intervenções do papa e dos outros líderes religiosos em Assis.

No discurso de boas-vindas proferido em Assis, João Paulo II considera o encontro como um sinal muito significativo do compromisso de todos pela causa da paz. Todos os delegados foram a Assis para rezar pela paz. Na sua opinião, o facto de professarem credos diferentes não diminui o significado daquele dia; pelo contrário, mostra que todos desejam ardentemente o bem da humanidade. Na intervenção final junto da Basílica de São Francisco, João Paulo II refere que as religiões partilham um respeito comum e uma obediência à consciência, que nos ensina a todos a procurar a verdade, a amar e a servir todas as pessoas e fazer a paz entre as nações. A obediência à voz da consciência, diz o papa, é um elemento essencial no caminho para a paz. Rezar pela paz – mesmo através dos diferentes modos presentes em Assis – é afirmar que em todas as crenças religiosas existe uma relação entre a Realidade Suprema e o dom da paz. Apesar de serem muito diferentes entre si, as religiões presentes em Assis descobriram que existe algo que as une,

---

<sup>18</sup> Cf. *La Documentation Catholique* 2148 (19/11/1996): 954-955.

<sup>19</sup> Cf. Mensagem ao Cardeal Edward Cassidy para o XIII Encontro Internacional a realizar em Lisboa. Texto completo em JOÃO PAULO II, *Insegnamenti* XXIII, 2: 438-440.

ou seja, o problema da paz no mundo e a relação existente entre a promoção da paz e o compromisso religioso.

Dois dias depois, recebendo em Roma, os representantes das religiões não-cristãs que tinham participado na Jornada de Assis, retomando o sentir de todos, o papa recorda: «fomos em peregrinação a Assis porque estamos todos convencidos de que as diversas religiões podem e devem contribuir para a paz.» Depois de relembrar que em Assis renovaram o compromisso pela construção da paz, pede que cada um se esforce para viver no espírito deste compromisso solene e divulgue a mensagem desta jornada entre os que partilham as suas crenças respectivas. João Paulo II termina a sua alocução apelando a que cada um dos líderes se empenhe a promover a paz e o espírito de Assis: «Continuemos a divulgar a mensagem da paz. Continuemos a viver o espírito de Assis.»<sup>20</sup>

A 9 e 10 de Janeiro de 1993, em plena crise dos Balcãs, realizou-se em Assis um encontro de oração, penitência e jejum pela paz na Europa, especialmente na Bósnia. Estiveram presentes cristãos, judeus e muçulmanos. Na alocução que proferiu na vigília de oração pela paz, o papa afirmou que é um dever rezar pela paz e que foram de novo a Assis para dar um testemunho comum e também para assumir publicamente a responsabilidade de trabalhar pela paz e pela justiça.<sup>21</sup> Na manhã do dia seguinte, 10 de Janeiro de 1993, dirigindo-se aos muçulmanos presentes em Assis afirmou que «a presença [deles] em Assis proclama que a autêntica fé religiosa é uma fonte de compreensão recíproca e de harmonia, e que o desvio do sentimento religiosos conduz à discriminação e ao conflito».<sup>22</sup>

Em 1999, treze anos após a primeira Jornada de Assis, dirigindo-se aos participantes da Assembleia Inter-religiosa que decorreu no Vaticano, João Paulo II reafirma de novo que a religião e a paz caminham juntas e que fazer a guerra em nome da religião é uma contradição flagrante. Do mesmo modo, usar a religião para promover a violência é abusar da religião.<sup>23</sup> No dia 24 de Janeiro de 2002, teve lugar em Assis a segunda Jornada de Oração pela Paz. Tal como em 1986, Assis foi, de novo, o coração de uma multidão imensa que invoca a paz.<sup>24</sup>

A paz esteve no centro das Jornadas de Oração de 1986 e 2002 e é, sem dúvida, o núcleo central do «espírito de Assis». O próprio local, associado à vida

---

<sup>20</sup> Cf. JOÃO PAULO II, «Continuons à vivre l'esprit d'Assise» em *La Documentation Catholique* 1929 (7/12/1986): 1082-1083. Aliás, no seu último discurso em Assis, João Paulo II já dissera que aquilo que «nós fizemos hoje em Assis, rezar e testemunhar o nosso compromisso pela paz, nós devemos continuar a fazê-lo todos os dias da nossa vida.» Cf. JOÃO PAULO II, *Insegnamenti* IX, 2: 1264.

<sup>21</sup> Cf. *La Documentation Catholique* 2066 (21/2/1993): 171-173.

<sup>22</sup> *La Documentation Catholique* 2066 (21/2/1993): 174.

<sup>23</sup> Cf. *La Documentation Catholique* 2216 (19/12/1999): 1090.

<sup>24</sup> Cf. *La Documentation Catholique* 2264 (17/2/2002): 170. Para as intervenções dos participantes no 2º Encontro de Assis, ver *La Documentation Catholique* 2264 (17/02/2002): 162-176.

de São Francisco, e o simbolismo que a cidade de Assis representa, contribuem para manter viva esta preocupação e lutar por este objectivo. Depois de Assis não é possível invocar mais as religiões para defender a violência sobre qualquer pessoa nem invocar o nome de Deus para legitimar a opressão e a guerra.<sup>25</sup>

### As religiões como busca de Deus

No seu discurso de boas-vindas, em 27 de Outubro de 1986, João Paulo II refere as religiões de uma forma positiva, dizendo que elas são muitas e variadas, e reflectem o desejo do homem através dos tempos de entrar em relação com o Ser Absoluto. E, no discurso final, tomando como ponto de partida as diversas orações pela paz pronunciadas pelos representantes das religiões presentes em Assis, o papa afirma que, apesar de cada religião conceber de forma diversa a relação existente entre «aquela Realidade que está para além de nós e o dom da paz, todos afirmamos que uma tal relação existe.»<sup>26</sup>

Reflectindo sobre o Encontro de Assis, Marcello Zago defende que ele representa, de certa forma, o reconhecimento de que as religiões e a oração não têm apenas um papel social mas «também são eficazes junto de Deus»<sup>27</sup>. Rezando pela paz, as religiões professam publicamente que a paz é mais do que um fruto dos esforços humanos e das políticas dos governos. Antes de mais, a paz é um dom de Deus que, através do Seu Espírito, vai mudando o coração dos homens.

Por seu turno, Michael Amaladoss argumenta que o facto de estarmos junto de alguém no momento da sua oração, mesmo que não nos possamos sentir livres para rezar com essa pessoa, denota que nós consideramos a religião não apenas como um conjunto de doutrinas e um sistema de símbolos, mas como uma relação entre aquela pessoa e Deus. Isto significa que reconhecemos essa relação como autêntica e verdadeira, mesmo que não concordemos com as suas doutrinas e símbolos. Ou seja, o gesto de rezar é uma afirmação daquilo que nos une em Deus, mesmo que nos sintamos

---

<sup>25</sup> A este propósito cabe aqui fazer uma referência ao interesse que a teologia tem dedicado ultimamente às questões da paz entre as nações e da paz entre as religiões. Como muito bem afirma Hans Küng não haverá paz entre as nações se não houver paz entre as religiões. A paz entre as religiões é um elemento fulcral para a promoção da paz entre os povos. Ver, a título de exemplo, H. KÜNG, *Projecto para uma ética mundial* (Lisboa: Instituto Piaget, 1996).

<sup>26</sup> JOÃO PAULO II, *Insegnamenti* IX, 2: 1261. De certa forma, encontramos aqui ressonâncias da encíclica *Redemptor hominis* 11, onde João Paulo II fala da religião como busca de Deus e da declaração conciliar *Nostra aetate* onde se afirma que os homens esperam das diversas religiões a resposta aos mais escondidos enigmas da condição humana (NA 1).

<sup>27</sup> M. ZAGO: 62.

diferentes ao nível das expressões simbólicas e doutrinárias próprias de cada religião. Estar com essa pessoa no momento em que ela reza supõe uma apreciação positiva da sua experiência religiosa.<sup>28</sup>

Ao reunirem-se em Assis para rezar, jejuar e peregrinar, os representantes das várias religiões reconhecem que cada uma das tradições religiosas é um caminho para o homem entrar numa relação íntima, ainda que muitas vezes misteriosa, com o Transcendente.

### O fim do exclusivismo

O exclusivismo é a corrente teológica que defende que fora do cristianismo o homem não se pode salvar. Caracteriza-se por um radical eclesiocentrismo e foi uma doutrina dominante na Igreja durante muitos séculos. As duas teses centrais do exclusivismo afirmam que só na Igreja Católica o homem pode encontrar a salvação e que só Jesus Cristo é o Salvador único e exclusivo. Esta auto-compreensão da Igreja deu origem a uma atitude proselitista que se traduziu no dever de expandir a fé católica e conquistar todo o mundo para a Igreja. Era necessário e urgente converter todos os homens, quer pela persuasão, quer pela força. As Cruzadas, a Inquisição e a missão aliada ao colonialismo, foram três exemplos históricos desta forma de conceber o cristianismo como a única religião verdadeira à qual todos os homens tinham de aderir.<sup>29</sup>

O modelo exclusivista foi dominante até meados do século XX, não só no catolicismo como, também, noutras denominações cristãs.<sup>30</sup> Porém, se no

---

<sup>28</sup> Cf. M. AMALADOSS, «Assisi: Five Years Later» *Catholic International* vol. 2, n° 20 (15-30 November 1991): 991.

<sup>29</sup> Nos séculos XV e XVI, os Descobrimentos criaram um novo contexto histórico e contribuíram para uma mudança de atitude face às outras religiões. A descoberta de numerosos povos que nunca tinham ouvido falar de Jesus Cristo levantou um problema teológico: como se poderiam salvar todas essas multidões que não conheciam a Cristo e que não tinham culpa de não o conhecer? Nesse novo contexto histórico, o axioma «fora da Igreja não há salvação» começou a ser interpretado de uma forma menos rígida e a teologia elaborou uma série de substitutos que procuravam dar resposta àquela questão. Começa-se a falar da fé implícita em Jesus Cristo e do baptismo de desejo como possibilidades de justificação. Para um desenvolvimento desta questão ver J. DUPUIS, *Hacia una teología cristiana del pluralismo religioso* (Santander: Sal Terrae, 2000): 164-189.

<sup>30</sup> Por exemplo, a teologia dialéctica de Karl Barth acentua a incompatibilidade entre a fé e a religião e, como consequência, entre o cristianismo entendido como fé e as outras religiões. Barth pretendia sublinhar a especificidade de Jesus Cristo como único salvador, sem concessões de nenhum tipo, e a importância da fé como caminho de salvação em contraste com as práticas religiosas. Ora, aquilo que K. Barth afirmava sobre a religião, incluído o cristianismo, enquanto distinta da fé salvífica, foi em grande medida aplicado pelos seus discípulos às outras religiões. Estas eram consideradas, na melhor das hipóteses, como tentativas humanas de auto-justificação. Cf. J. DUPUIS: 190-192; 271-273.

Concílio Vaticano II o exclusivismo foi preterido em favor de posições de índole inclusivista, podemos dizer que em Assis, assistimos simbolicamente ao seu ocaso. Aquilo que o Vaticano II fizera no campo teológico, rompendo com o exclusivismo, faz agora João Paulo II no plano simbólico, congregando representantes de todas as religiões para rezarem pela paz.<sup>31</sup> Veja-se, por exemplo, o que diz o papa no discurso de boas-vindas em Assis: «As religiões são muitas e variadas, e reflectem o desejo do homem e da mulher através dos tempos para entrar numa relação com o Ser Absoluto.»<sup>32</sup> E, no discurso à Cúria Romana, no dia 22 de Dezembro de 1986, o papa João Paulo II insere o Encontro de Assis no espírito do Vaticano II, citando várias vezes a declaração *Nostra aetate* para reafirmar o respeito da Igreja pelas outras religiões e pelas sementes do Verbo nelas presentes. Deste modo, a Igreja «propõe-se, antes de tudo, reconhecer e respeitar esta ‘ordenação’ ao Povo de Deus de que fala a Constituição *Lumen gentium*,»<sup>33</sup> a respeito daqueles que seguem outras religiões ou desconhecem Cristo. Assis significa uma atitude de respeito e de diálogo para com as outras tradições religiosas.

### O diálogo inter-religioso na agenda da Igreja

No seguimento do Encontro de Assis realizaram-se inúmeros contactos, encontros e iniciativas entre as religiões, a nível local, nacional e internacional, seja de forma bilateral, seja multilateral.<sup>34</sup>

Como já mencionámos, o Encontro de Assis teve momentos de oração, jejum e peregrinação. Contudo, mais do que as palavras, o que ficou foram as imagens e os gestos. Na verdade, a reunião de representantes das diferentes religiões para rezar e para escutar as orações uns dos outros não pode deixar de

---

<sup>31</sup> Segundo de Bento Domingues, no Encontro de Assis João Paulo II «rompeu, aos olhos de todos, com o absolutismo católico.» Cf. B. DOMINGUES, *As religiões e a cultura da paz*, 2º volume (Porto: Figueirinhas, 2004): 169.

<sup>32</sup> JOÃO PAULO II, *Insegnamenti* IX, 2: 1251.

<sup>33</sup> Id.: 2025. O discurso do papa à Cúria [texto italiano] encontra-se em *Insegnamenti* IX, 2: 2019-2029. O texto em francês está em *La Documentation Catholique* 1933 (1/2/1987): 133-136.

<sup>34</sup> Em 2001, Michael Fitzgerald, que era na altura o secretário do Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-religioso, numa conferência em Paris comemorativa dos 15 anos da Jornada de Assis, apresentou uma visão global do caminho feito desde então, salientando o crescimento da confiança para com os muçulmanos, o progresso no diálogo com os budistas e as várias iniciativas inter-religiosas para promover a paz. Nessa ocasião, M. Fitzgerald afirmou que o compromisso com o diálogo inter-religioso é cada vez mais firme e irreversível. Cf. M. FITZGERALD, «Quinze ans après Assise: Le développement du dialogue» *La Documentation Catholique* 2264 (17/2/2002): 177-183. Das muitas iniciativas organizadas, destacam-se os encontros promovidos pela Comunidade de Santo Egidio realizados, anualmente, desde 1987 em diferentes cidades europeias.

ter consequências para o mundo. Reflectindo sobre o acontecimento de Assis, Jorge Mejia afirmava que estar presente quando um outro reza – neste caso, o outro é membro de outra religião – ou quando muitos outros se juntam para rezar, necessariamente a sua oração enriquece a experiência de oração de cada um dos presentes.<sup>35</sup>

O Encontro de Assis foi, sem dúvida, um marco importante na aproximação entre as religiões, sobretudo ao nível do afecto e do conhecimento mútuo. Indica, também, que paralelamente às investigações teológicas, outras iniciativas – de âmbito mais pastoral – podem e devem ser tomadas para dar corpo ao diálogo entre as religiões. O diálogo de vida e de oração é tão importante como o diálogo teológico.

Por outro lado, o encontro serviu para tomar consciência de que é forçoso evitar o sincretismo no diálogo inter-religioso. É necessário afirmar o que nos é específico e, ao mesmo tempo, reconhecer os elementos válidos que temos em comum e partilhamos com outros. Assis também mostrou que as fronteiras da missão ultrapassam a evangelização e a fundação de novas comunidades cristãs. Na verdade, a missão é, também, ser fermento dos valores evangélicos, promovendo o Reino de Deus que já está presente na Igreja mas que existe, igualmente, para além das suas fronteiras visíveis e atingirá a sua plenitude na escatologia.<sup>36</sup>

No já mencionado discurso perante a Cúria Romana, João Paulo II considerou o Encontro de Assis como o acontecimento religioso do ano 1986. Aproveitou a ocasião para justificar a sua realização e fundamentar a teologia das religiões e do diálogo inter-religioso na radical unidade do género humano baseada na criação e no mistério da redenção. Os cristãos devem apreciar as várias religiões e os valores autênticos que elas contêm no contexto desta radical unidade. Por outro lado, o papa apresentou o Encontro de Assis como uma aplicação concreta da doutrina do Vaticano II sobre as outras religiões e uma resposta à chamada do Concílio para a prática do diálogo inter-religioso.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> Cf. J. MEJIA, «Être ensemble pour prier», *La Documentation Catholique* 1929 (7/12/1986): 1085.

<sup>36</sup> Cf. M. ZAGO: 66.

<sup>37</sup> Num comentário a este discurso de João Paulo II, Jacques Dupuis, considera que o papa pretendeu responder aos receios e desconfianças que foram enunciadas antes da realização do evento e às reservas que continuaram a ser proferidas posteriormente mesmo por alguns responsáveis da Igreja. Cf. J. DUPUIS, «World religions in God's salvific design in Pope John Paul II's discourse to the Roman Curia (22 December, 1986)», *Seminarium* 27 (1987): 30. Entre outros, H. van Straelen desvaloriza o Encontro da Assis considerando que foi «a fringe event» (um acontecimento marginal) na vida da Igreja. Lamenta que o evento e as palavras do papa fossem mal interpretadas nalguns círculos eclesiais. Cf. H. VAN STRAELEN, *The Church and the Non-Christian Religions at the Threshold of the 21<sup>st</sup> Century* (London: Avon Books, 1998): 281.



Michael Fitzgerald diz que o diálogo nunca está terminado, nem se podem esperar resultados imediatos.<sup>38</sup> E recorda uma passagem do documento *Diálogo e anúncio*, publicado em 1991 pelo Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-religioso, onde se diz que o empenhamento da Igreja no diálogo não depende dos resultados obtidos. Nasce da iniciativa de Deus que entra em diálogo com a humanidade e do exemplo de Jesus Cristo cuja vida, morte e ressurreição deram ao diálogo a sua expressão última. Apesar das dificuldades, o compromisso da Igreja com o diálogo inter-religioso permanece firme e irreversível.<sup>39</sup> O evento de Assis é um exemplo marcante desta solicitude da Igreja em seguir os passos de Cristo indo ao encontro do outro numa atitude de respeito, acolhimento e de colaboração, sempre com o Reino de Deus no horizonte do caminho da humanidade.

#### 4. Questões em aberto

Como vimos na secção anterior, a Jornada de Assis foi um acontecimento histórico de alto valor simbólico, representando um passo decisivo no relacionamento entre as religiões. Mas Assis assinala, também, algumas questões no âmbito do diálogo inter-religioso que, passados vinte anos, continuam a desafiar a pastoral e a teologia: a oração inter-religiosa, o papel da Igreja, e a pessoa e a missão de Jesus Cristo.

#### A oração inter-religiosa

No Encontro de Assis não houve propriamente oração comum. Os líderes religiosos juntaram-se para rezar e estar presentes enquanto cada um deles rezava numa sequência pré-determinada. Contudo, podemos perguntar se a forma como decorreu aquele evento exclui a possibilidade de oração comum.

Na verdade, as respostas são prudentes quer relativamente à possibilidade da oração inter-religiosa comum quer quanto à sua forma. De facto, as opiniões dos teólogos apresentam matizes subtis; por seu lado, o Magistério da Igreja é circunspecto nas suas declarações.

---

<sup>38</sup> Cf. M. FITZGERALD: 183.

<sup>39</sup> Cf. *Diálogo e anúncio*: 53-54. Este documento [texto em inglês] encontra-se em Pontifical Council for Interreligious Dialogue, *Interreligious Dialogue: The Official Teaching of the Catholic Church from the Second Vatican Council to John Paul II (1963-2005)*, (Boston: Pauline Books, 2006): 1156-1189.



Vejamos, em primeiro lugar, o que diz o Magistério. Em 1978, oito anos antes do Encontro de Assis, os bispos da Ásia publicaram um documento sobre a oração na Igreja. A dado momento dizem que o diálogo inter-religioso é um dos meios para renovar a vida de oração da Igreja na Ásia. Afirmam que os valores e os dons das outras religiões podem contribuir muito para a nossa própria espiritualidade cristã, enriquecendo-a. Dizem que a oração com membros de outras religiões não só é possível, como é um meio para o nosso próprio enriquecimento.<sup>40</sup> Mas, na realidade, os bispos da Ásia não explicam como e quando essa oração em comum pode ser feita.

Em 1984, o Secretariado para os Não-Cristãos publicou um documento sobre a posição da Igreja perante os que seguem outras religiões, habitualmente conhecido *Diálogo e missão*.<sup>41</sup> No parágrafo 35 diz-se que o diálogo mais profundo entre pessoas de tradições religiosas diferentes é aquele onde elas «podem compartilhar as suas experiências de oração, de contemplação, de fé e de compromisso, expressões e caminhos da busca do Absoluto.» Será que esta formulação quer dizer que o diálogo inter-religioso passa pela oração comum? Na realidade, o documento não afirma que se devem promover orações em comum; fala apenas na necessidade de partilhar a experiência orante. Todavia, ao colocar a oração entre as actividades que fazem parte do diálogo mais profundo entre pessoas de religiões diferentes, reconhece que a oração está no centro do diálogo inter-religioso.

Na última década do século passado, o Conselho Pontifício para o Diálogo Inter-religioso e o Secretariado para as Relações Inter-religiosas do Conselho Mundial das Igrejas efectuaram duas consultas sobre a oração inter-religiosa, em Bangalore, na Índia (1996)<sup>42</sup> e em Bose, na Itália (1997).<sup>43</sup>

Reconhecendo que a participação em encontros de oração inter-religiosa é um facto cada vez mais comum para muitos cristãos, os promotores da consulta

---

<sup>40</sup> Na opinião dos bispos da Ásia, a oração inter-religiosa «can contribute much to our spirituality which, while remaining truly Christian, can yet be greatly enriched. Sustained and reflective dialogue with them in prayer (as shall be found possible, helpful and wise in different situations) will reveal to us what the Holy Spirit has taught others to express in a marvellous variety of ways. These are different perhaps from our own, but through them we too may hear His voice, calling us to lift our hearts to the Father.» Ver FABC, *Prayer – the Life of the Church of Asia*, #35, in G. ROSALES and C. ARÉVALO, (ed.), *For All the Peoples of Asia. Federation of Asian Bishops' Conferences Documents from 1970 to 1991* (Quezon City: Claretian Publications, 1992): 29-39.

<sup>41</sup> Este documento [texto em inglês] encontra-se em Pontifical Council for Interreligious Dialogue: 1116-1129. O texto em português encontra-se em *Documentação Católica* 82-83 (1984): 1-8.

<sup>42</sup> *Findings of an Exploratory Consultation on Interreligious Prayer: Final Statement (Bangalore, India)* em *Pro Dialogo* 98 (1998): 231-236.

<sup>43</sup> *Theological Reflections on Interreligious Prayer: Final Statement (Bose, Italy)* em *Pro Dialogo* 98 (1998): 237-243.

de Bangalore sentiram a necessidade de esclarecer algumas questões fundamentais nesta matéria, nomeadamente ao nível pastoral e ao nível teológico. A declaração de Bangalore distingue entre «oração multi-religiosa» (*multi-religious prayer*) e «oração inter-religiosa unida» (*united interreligious prayer*). A oração multi-religiosa consiste na justaposição de orações de diferentes crenças religiosas. Esta oração tem como vantagem manter a integridade e a riqueza das diversas tradições. Contudo, como desvantagem, cada participante pode permanecer apenas como um mero espectador sem entrar na espiritualidade dos outros. Na oração inter-religiosa unida, os membros das diferentes tradições religiosas organizam, preparam e participam numa oração que todos podem assumir como sua. Neste caso, não só se reúnem para rezar, mas inclusivamente, rezam juntos.

A declaração defende que os cristãos que se sentem chamados a explorar novas relações com pessoas de outras religiões devem ser apoiados e encorajados. Esta afirmação é, sem dúvida, um facto positivo a salientar. Todavia, também se enumeram algumas cautelas a ter em conta, por exemplo, respeitar a integridade dos símbolos religiosos do outro e os seus métodos de oração, não os co-optando, pois isso poderia ser visto como uma atitude de poder. Os cristãos devem, igualmente, exercer discernimento à luz da sua fé. Aliás, na opinião dos participantes da consulta de Bangalore, a chave para a autêntica oração inter-religiosa é, por um lado, a consciência de estar enraizado na sua própria tradição e, ao mesmo tempo, estar aberto à acção do Espírito nas outras tradições religiosas.

A declaração de Bose apresenta algumas perspectivas bíblicas e algumas considerações pastorais e teológicas que podem ajudar a enquadrar a realização de encontros de oração inter-religiosa comum.<sup>44</sup> O texto não pretende ser uma declaração definitiva; pelo contrário, quer estimular mais reflexões sobre o assunto. A participação na oração comum não nega o compromisso cristão de anunciar Jesus Cristo. Pelo contrário, a experiência numa oração comum é parte integrante do nosso compromisso de viver e anunciar Cristo.<sup>45</sup>

Se adoptarmos a terminologia proposta nestas duas declarações, em Assis não houve propriamente oração inter-religiosa. Aliás, o objectivo do Encontro era, como recordou o cardeal Etchegaray numa conferência de imprensa no Vaticano alguns dias antes do evento, estar «juntos para rezar» e não «rezar

---

<sup>44</sup> Tal como Bangalore, Bose faz uma distinção entre oração multi-religiosa e oração «united or integrative» integrativa, mas afirma que é difícil traçar uma linha entre estes dois tipos de oração inter-religiosa.

<sup>45</sup> Cf. *Theological Reflections on Interreligions Prayer*: 241.

juntos».<sup>46</sup> No já citado discurso aos membros da Cúria, em Dezembro de 1986, o papa João Paulo II teve o cuidado de explicar que os líderes religiosos não foram a Assis rezar juntos, mas que se juntaram em Assis para rezar. Esta precisão de linguagem foi usada para evitar mal-entendidos e não ferir susceptibilidades. Os participantes no Encontro de Assis sabiam claramente o que estava a acontecer: os líderes religiosos não rezaram juntos, juntaram-se para rezar. Perante os membros da Cúria, o papa também recorda que toda a oração autêntica é suscitada pelo Espírito Santo, que está misteriosamente presente no coração de cada homem.

Em Abril e Maio de 1999, o papa João Paulo II aproveitou uma série de audiências gerais para reflectir sobre alguns aspectos do diálogo inter-religioso. O papa afirma que a oração, como reconhecimento adorante de Deus, agradecimento pelos seus dons e como invocação da sua ajuda, é uma forma especial de encontro com membros de outras religiões. E, mais adiante, recorda que o diálogo da experiência religiosa é cada vez mais importante, pois a contemplação dá resposta à grande sede de vida interior daqueles que buscam e ajuda todos os crentes a entrar mais intimamente no mistério de Deus. Contudo, pede aos cristãos para exercitarem um discernimento espiritual face às técnicas de meditação das outras religiões.<sup>47</sup> Todavia, convém salientar que, analisando estes ensinamentos de João Paulo II, a possibilidade da oração inter-religiosa comum não foi excluída.

Ultimamente, a reflexão teológica tem-se debruçado sobre a oração inter-religiosa. Vejamos algumas posições recentes. Jacques Dupuis argumenta que o modelo usado em Assis não exclui, *a priori*, a oração comum em todas as circunstâncias e situações. O autor concorda que, em Assis, não era possível proceder de outro modo, devido a um conjunto de circunstâncias: havia uma grande diversidade de religiões, não houve tempo para uma preparação comum, nem para um prévio conhecimento mútuo. Contudo, na sua opinião, seria «um erro julgar que a fórmula usada em Assis seja a única possível e tirar daí regras rígidas e estreitas.» Todavia, o assunto é delicado e requer prudência pastoral, «levando em conta situações concretas e julgar pastoralmente quais são as atitudes possíveis e desejáveis».<sup>48</sup> Dupuis defende a oração comum porque a oração sincera é sempre fruto do Espírito Santo presente no coração de cada

---

<sup>46</sup> Cf. *La Documentation Catholique* 1929 (7/12/1986): 1067. Como vimos acima, o próprio papa, na audiência geral de 22 de Outubro de 1986, a escassos dias do Encontro de Assis, acentua a mesma ideia: os participantes no encontro não vão adoptar as orações uns dos outros, simplesmente vão estar presentes enquanto os outros rezam.

<sup>47</sup> Cf. Pontifical Council for Interreligious Dialogue: 715-717.

<sup>48</sup> J. DUPUIS, *O cristianismo e as religiões* (São Paulo: Loyola, 2001): 297.

orante. Todavia, é necessário fazer distinções importantes em relação às situações dialógicas concretas entre as diversas tradições religiosas. Jacques Dupuis acha que na oração comum não se podem colocar todas as religiões no mesmo nível. E, se não vê grandes dificuldades na oração comum entre os membros das três religiões abraâmicas (judeus, cristãos e muçulmanos), já entende que a oração comum com membros das chamadas religiões místicas do Oriente levanta numerosas dúvidas.<sup>49</sup>

Michael Amaladoss defende que, a partir da avaliação positiva que a Igreja faz das outras religiões e da presença activa do Espírito Santo no coração de cada pessoa, abre-se a possibilidade não só da presença junto ao outro - mesmo de religião diferente - enquanto reza, mas da participação na sua oração. Aquilo que muitas vezes impede a oração comum não é a existência de dificuldades ao nível da experiência de oração mas a divergência ao nível das suas expressões rituais e simbólicas. Por isso, Amaladoss defende a criação de símbolos comuns para que a oração comum possa acontecer. Contudo, a oração comum nunca poderá pôr em causa a individualidade e a identidade de cada participante.<sup>50</sup> Aliás, no seguimento da sua compreensão de diálogo inter-religioso, ou seja que este deve ter em consideração quer aquilo que constitui a nossa identidade e nos diferencia uns dos outros, quer aquilo que nos une perante Deus, o autor diz que, particularmente num contexto multi-religioso como é o seu país, a Índia, a oração inter-religiosa pode ser uma forma de partilhar experiências espirituais e conduzir os participantes a situações de profunda experiência do outro onde se deve estar preparado para ser mutuamente desafiado. Claro, sem nunca desprezar as diferenças<sup>51</sup>.

Gavin D'Costa defende que é necessário distinguir claramente entre a oração multi-religiosa e a oração inter-religiosa. Nesta, os participantes das diferentes tradições participam numa única oração que todos podem fazer e chamar sua. Segundo D'Costa, esta modalidade é mais difícil de organizar e de justificar. O autor chega a perguntar se a oração inter-religiosa não será uma espécie de infidelidade conjugal.<sup>52</sup> Contudo, apesar das muitas dificuldades e

---

<sup>49</sup> Cf. Id.: 297-298. Nas páginas 302-314 do mesmo livro, J. Dupuis apresenta pistas concretas para avançar na reflexão e na promoção de algum tipo de oração comum com outras religiões. Com os judeus é, obviamente, mais fácil avançar na oração comum (305). Com os membros das religiões que não pertencem à família abraâmica o caso já é mais complicado devido à enorme variedade e complexidade de cosmovisões e de teologias (309). Todavia, também com estes não exclui, *a priori*, a possibilidade de alguma forma de oração comum (314).

<sup>50</sup> Cf. M. AMALADOSS, «Assisi: Five Years Later»: 991-992.

<sup>51</sup> Cf. M. AMALADOSS, *Walking together. The practice of inter-religious dialogue* (Anand: Gujarat Sahitya Prakash: 1992): 52-68.

<sup>52</sup> Cf. G. D'Costa, *The Meeting of Religions and the Trinity* (Maryknoll: Orbis Books, 2000): 143.

riscos que encontra na oração em conjunto – a que ele chama de oração inter-religiosa propriamente dita – é de opinião de que sob certas condições vale a pena correr esse risco, na verdade é um risco a que o amor audaz de Jesus nos chama a assumir.<sup>53</sup>

Por seu turno, Joseph Ratzinger tem muitas dúvidas acerca da possibilidade da oração comum entre membros de tradições religiosas distintas. Ratzinger também distingue entre oração multi-religiosa e oração inter-religiosa. Os Encontros de Assis em 1986 e 2002, foram acontecimentos de oração multi-religiosa, onde os líderes religiosos se reuniram para dar ao mundo um sinal do seu anseio comum pela paz. Ratzinger pergunta se podemos fazer isto.<sup>54</sup> Ele não rejeita completamente a oração multi-religiosa. No entanto, coloca-lhe duas condições: ser apenas uma forma extraordinária como um sinal em situações inusuais, por exemplo, como um grito comum para acordar a humanidade e mover o coração de Deus, e que seja bem explicada para evitar o relativismo e a indiferença.<sup>55</sup> Já quanto à oração inter-religiosa, Ratzinger tem sérias dúvidas sobre a sua possibilidade. Todavia, ainda assim mostra alguma abertura, ao dizer que «em todo o caso, é necessário estabelecer três condições elementares, sem as quais tal oração seria uma mera negação da fé».<sup>56</sup> Essas condições são: só é possível rezar em comum se estivermos de acordo sobre quem é Deus e sobre o que é a oração; se estivermos de acordo quanto ao conteúdo daquilo que é digno de fazer parte da oração e, finalmente, tudo deve ser preparado de tal modo que não haja lugar para qualquer interpretação relativista da fé e da oração.<sup>57</sup>

Como podemos constatar, existem algumas dúvidas acerca da oração inter-religiosa. A prática da oração inter-religiosa comum significa uma ruptura com a tradição milenar da Igreja. Não esqueçamos que, no seguimento de uma longa e firme tradição bíblica, ao longo da história muitos cristãos foram perseguidos por se terem recusado a adorar as divindades pagãs. Do mesmo modo, também, quando estavam numa situação de poder, usaram a força para obrigar outros a converterem-se ao cristianismo. Contudo, o Evangelho não exclui a possibilidade de oração em comum<sup>58</sup>. Aliás, como sugerem algumas declarações

---

<sup>53</sup> Id.: 166.

<sup>54</sup> Cf. J. RATZINGER, *Truth and Tolerance. Christian Belief and World Religions* (San Francisco: Ignatius, 2004): 106. O texto de J. Ratzinger que estamos a analisar é anterior à sua eleição papal, como Bento XVI. Por isso, o incluímos entre os teólogos que têm reflectido sobre esta matéria.

<sup>55</sup> Id.: 107.

<sup>56</sup> Id.: 108.

<sup>57</sup> Id.: 108-109.

<sup>58</sup> Para uma perspectiva bíblica da oração inter-religiosa ver F. SOTTOCORNOLA, «Biblical perspectives on interreligious prayer» *Pro Dialogo* 98 (1998/2): 166-185.

do Magistério, a oração deveria ocupar o centro do diálogo inter-religioso.<sup>59</sup> Na realidade, há ainda muito caminho a desbravar no diálogo inter-religioso ao nível da oração. Porém, também nesta matéria, Assis constitui um marco simbólico pela novidade e originalidade do gesto.

## O papel da Igreja

A Jornada de Oração pela Paz ilustra um dos elementos que fazem parte da missão da Igreja no mundo, ou seja, estar ao serviço do Reino de Deus. Este serviço é realizado de muitas maneiras e entre elas está, sem dúvida, a promoção da comunhão entre todas as pessoas.<sup>60</sup> Ora, no Encontro de Assis, a Igreja apresentou-se – e foi vista – como um povo peregrino, caminhando juntamente com toda a humanidade que é chamada e está orientada para o seu fim último, o Reino de Deus.

O Encontro de Assis revela a imagem de uma Igreja empenhada na promoção da unidade e da paz entre todos os povos do mundo. De facto, a Igreja assume uma missão verdadeiramente católica, no sentido de acolher, convocar, gerar movimentos de aproximação e de comunhão entre pessoas, culturas e religiões. Como alguns poderiam pensar, o Encontro de Assis não relativizou o papel da Igreja; pelo contrário, mostrou a Igreja como servidora do Reino. Ela apareceu como serva do Reino, sacramento de comunhão e promotora de unidade.<sup>61</sup> Por isso, a Igreja, diz o Concílio, «através dos seus membros e de toda a sua comunidade, crê que pode contribuir muito para tornar mais humana a família dos homens e a sua história» (GS 40). Segundo a análise de M. Zago, esta missão da Igreja ficou bem expressa pela forma como o papa convidou, recebeu e acolheu os participantes da Jornada de Assis, como caminhou com eles pelas ruas da cidade e como se sentou no centro do semicírculo formado pelos líderes religiosos.<sup>62</sup>

O próprio João Paulo II, dirigindo-se aos participantes cristãos presentes em Assis, na Catedral de São Rufino, insiste nesta dimensão da missão da Igreja. Recorda que a Igreja é chamada a ser um sinal efectivo e um instrumento de paz e de reconciliação da família humana. E, apesar das divisões que ainda separam os cristãos, o papa defende que «o nosso actual grau de unidade em Cristo é,

---

<sup>59</sup> Cf. *Diálogo e missão*, 35; *Diálogo e anúncio*, 42.

<sup>60</sup> Cf. *Redemptoris missio*, 20; *Gaudium et spes*, 42.

<sup>61</sup> O Vaticano II fala da Igreja como «o sacramento ou sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o género humano» (LG 1).

<sup>62</sup> Cf. M. ZAGO: 63.

mesmo assim, um sinal para o mundo de que Jesus Cristo é verdadeiramente o Príncipe da Paz.»<sup>63</sup> Dois meses mais tarde, no discurso à Cúria Romana, o papa acentua de novo este papel da Igreja, dizendo que em Assis ela se apresentou como serva e instrumento não só da unidade do género humano mas também da unidade da obra salvífica de Cristo, apesar das diferenças entre as religiões não terem sido escondidas nem atenuadas<sup>64</sup>.

Como era de esperar, a Igreja não tomou qualquer posição oficial sobre o seu papel na história da salvação. Aliás, o Encontro de Assis não seria a ocasião mais oportuna para tal atitude. Contudo, ao aparecer aos olhos do mundo como um instrumento de unidade e de paz, a Igreja projectou alguma luz sobre a sua missão no mundo.

### **A pessoa e a missão de Jesus Cristo**

Se há uma questão central na teologia cristã das religiões é, sem dúvida, o papel de Jesus Cristo na história da salvação. Um conjunto de questões permanece no cerne do debate cristológico: Jesus Cristo é o único mediador entre Deus e os homens ou há outros mediadores? As religiões são um obstáculo ao plano salvífico de Deus ou, pelo contrário, estão inseridas nesse plano e contribuem para a sua realização na história? Se as outras religiões contribuem para a realização do plano de Deus, de que modo isso se processa? Como conjugar a convicção da Igreja na necessidade da fé em Jesus Cristo para a salvação com a afirmação dos pluralistas de que todas as religiões são caminhos de salvação?

Também, nesta matéria, Assis não se pronunciou. Aliás, nem era esse o objectivo do Encontro de Oração. Claro que, o modo como decorreu o evento e as palavras que foram proferidas constituíram alguns sinais que convém não menosprezar. Por exemplo, no discurso aos cristãos presentes na oração ecuménica na Catedral de São Rufino, em Assis, João Paulo II afirmou que no mundo actual, assustado pelas feridas da guerra e da divisão e, em certo sentido, crucificado, a missão de Cristo de perdoar e de chamar os homens à paz, dá-nos esperança e força. A presença do Cristo ressuscitado no nosso meio com as marcas da crucificação no seu Corpo glorificado garante-nos que, com ele e nele, este mundo destruído pela guerra pode ser transformado.<sup>65</sup> Posteriormente, junto da Basílica de São Francisco, dirigindo-se a todos os participantes no final da oração, o papa começa por dizer que fala como um irmão e um amigo, mas

---

<sup>63</sup> JOÃO PAULO II, *Insegnamenti IX*, 2: 1255.

<sup>64</sup> Cf. Id.: 2021-2022.

<sup>65</sup> Id.: 1256.



também como um crente em Jesus Cristo. E, afirmando a sua identidade cristã, prossegue dizendo: «Eu professo aqui de novo a minha convicção, partilhada por todos os cristãos, de que em Jesus Cristo, como Salvador de todos, a verdadeira paz pode ser alcançada».<sup>66</sup>

Esta é a única passagem do seu discurso onde aparece a expressão «Salvador de todos» referida a Jesus Cristo. Aliás, o tema desta última alocução versa, de novo, sobre a paz e o papel que as religiões podem e devem desempenhar, através da oração e da colaboração mútuas, para construir um mundo de paz. Por isso, não há no seu discurso qualquer explicação sobre o modo como Jesus Cristo é o Salvador de todos. Contudo, este é um tema central no diálogo inter-religioso. De facto, nas últimas décadas, a teologia cristã das religiões tem procurado articular a vontade salvífica universal de Deus com a afirmação cristã de que Jesus Cristo é o único Salvador. É certo que o Encontro de Assis não pretendia dirimir esta questão, tomar posição ou fazer pronunciamentos cristológicos. Todavia, demonstrou que o caminho do diálogo inter-religioso só é possível a partir das próprias convicções de fé.<sup>67</sup>

#### 4. Considerações finais

A terminar gostaríamos de tecer algumas considerações, retomando de forma sucinta o que de relevante permanece volvidos vinte anos sobre a primeira Jornada Mundial de Oração pela Paz.

1. A Jornada de Assis foi uma concretização singular, através de uma forma bela e mediaticamente eficaz, de um caminho de aproximação da Igreja Católica às outras religiões iniciado no Concílio Vaticano II. Ou, como dizia João Paulo II no discurso à Cúria Romana acima citado, o acontecimento de Assis pode ser considerado como uma ilustração visível e uma catequese inteligível a todos daquilo que pressupõe e significa o compromisso pelo diálogo inter-religioso recomendado e promovido pelo Vaticano II. Para a Igreja foi um convite, feito pelo próprio papa, a empenhar-se mais resolutamente no diálogo inter-religioso. Foi, também, a primeira vez que um encontro oficial de religiões, a tão alto nível, se realizou na oração. Em suma, em Assis as religiões ultrapassaram a fase da ignorância mútua, do conflito e do simples reconhecimento do outro; e entraram na fase do encontro mútuo na oração e na acção pela paz e pela justiça.

---

<sup>66</sup> JOÃO PAULO II *Insegnamenti* IX, 2: 1259.

<sup>67</sup> Nesse sentido, o então cardeal Ratzinger tinha razão ao escrever que o diálogo não é uma conversa sem objectivos, mas tem como meta a descoberta da verdade. Cf. J. RATZINGER, *Many Religions, One Covenant. Israel, the Church and the World* (San Francisco: Ignatius, 1999): 111-112.



2. A Jornada de Assis representa, também, o começo simbólico de uma nova etapa. Depois de Assis multiplicaram-se as iniciativas para manter vivo o espírito de partilha, colaboração e proximidade entre as religiões. Deram-se passos no sentido de conhecer melhor a história, as doutrinas, as devoções, os rituais e a espiritualidade das outras tradições religiosas. O trabalho das comissões bilaterais de investigação e de estudo foi encorajado. Passados vinte anos, o Encontro de Assis permanece como um marco notável na história da humanidade e das religiões. Aquele acontecimento exprime o que de melhor existe no homem e nas tradições religiosas dos povos.

3. O Encontro teve um grande impacto não só mediático, mas também teológico. Revelou a profunda unidade espiritual que, apesar das diferenças, existe entre os membros das várias religiões. Mostrou, por um lado, que a humanidade anseia por um mundo em que haja paz e reine a fraternidade e, por outro, destacou a responsabilidade que as religiões têm nesta matéria. Contudo, no amplo campo do diálogo inter-religioso, permanecem muitos problemas por resolver, questões por aprofundar, caminhos a explorar, acções a tomar. A sua realização colocou de novo no centro do debate teológico antigas questões cristológicas e eclesiológicas sobre o papel de Jesus Cristo e da Igreja na economia da salvação. Porém, o «espírito de Assis» continua vivo. As iniciativas que o «espírito de Assis» continua a inspirar na Igreja e no mundo são, talvez, o melhor e mais duradouro legado da Jornada Mundial de Oração, realizada na cidade do *Poverello* em 1986.

4. O Encontro de Assis veio recordar que não bastam as declarações, os documentos, os colóquios e os estudos sobre as religiões. São necessários gestos que sensibilizem as pessoas e os grupos, os decisores e as bases. O Encontro de Assis mostrou que a oração, e nomeadamente a oração multi-religiosa, tem um contributo importante a dar para a prossecução da paz e para fazer do mundo um local mais humano, fraterno, justo e pacífico. As religiões têm um papel indispensável nesta tarefa. Ao possibilitar a reflexão, a troca de experiências espirituais, e a oração, Assis veio abrir caminhos novos no relacionamento entre as religiões ao nível mais profundo que é o da partilha espiritual. Vinte anos depois, permanece como um horizonte luminoso que marca a agenda do diálogo inter-religioso.

